

ÊMÃ MÁG KAR AG TỸ
JYKRE PIR HAN, VÊNH RANHRĂJ TU, TU AG CONVENÇÃO 169 KE TĨ

KANHGĂG VĨ KI RĂ

CONVENÇÃO 169

DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

TRADUZIDA PARA O KAINGANG



Parceiros:

Apoio:

IDGLOBAL
Instituto de Direito Global

AGU
Advocacia-Geral da União

MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

ADICUCA
Associação de Difusão Cultural de Canelas
CNPq 301301/2018-2

INSTITUTO DE DIREITO GLOBAL (IDGLOBAL)

Diretor–Presidente

Carlos Portugal Gouvêa

Diretora Executiva

Dalila Martins Viol

Coordenadora–Geral

Amanda Teles Marques

Pesquisador(a)

Ademir Garcia

Amirele Porto Machado

Jhelice Franco da Silva

Maycon Flores do Nascimento

ADVOCACIA–GERAL DA UNIÃO (AGU)

Ministro de Estado da

Advocacia–Geral da União

Jorge Messias

Secretário–Geral de Consultoria

e Advogado–Geral da União

Substituto

Flavio Roman

Assessora Especial de

Diversidade e Inclusão

Claudia Trindade

Secretária–Geral de

Administração

Elisa Monteiro Malafaia

Gestora da Parceria

Jessica Zimmer da Silva

Integrante da Comissão de

Monitoramento e Controle

Gabriela da Silva Brandão

Lara Aued

Silvino Hipólito Neto

Apoio Técnico Especializado

Carolina Rodrigues

Crizantho Neto

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS (MPI)

Ministro de Estado dos Povos

Indígenas

Eloy Terena

Secretário–Executivo

Marcos Kaingang

Secretaria Nacional de

Articulação e Promoção de

Direitos Indígenas

Giovana Mandulão

Diretor do Departamento de

Línguas e Memórias Indígenas

Edilson Baniwa

**Coordenadora-Geral de
Articulação de Políticas
Educativas Indígenas**
Larissa dos Santos Martins

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
E SEGURANÇA PÚBLICA
(MJSP)**

**Ministro de Estado da Justiça e
Segurança Pública**
Wellington César Lima e Silva

**Secretária Nacional de Acesso à
Justiça**
Sheila Santana de Carvalho

**Diretor de Promoção do Acesso
à Justiça**
Gustavo Jorge Silva

**Coordenador-Geral de Direitos
Indígenas**
Marcos de Almeida Matos

**Coordenadora-Geral de Justiça
Socioambiental e Direitos
Territoriais**
Estella Libardi de Souza

**Coordenadora de Justiça
Socioambiental e Direitos
Territoriais**
Julia Zucchi Natour

**ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO
CULTURAL DO CANELLA
(ADICUCA)**

Carine Saez
Fernando Costa Gomes
Mariana Libardi
Rosane Costa Warken
Viviane Jag Fej Farias

Tradutor(a) Tradicional
Celestiel Kri da Silva
Jucemari Mĩnká da Silva Corrêa
Kesia Valderes Jacinto Mũtê
Leonel Kãka Caetano Chaves
Selvino Kokaj Amaral

PROJETO GRÁFICO

Design de capa
Cristian Wari'u

Diagramação
Alan Costa de Brito da Rocha

Texto em Kaingang revisado por
Jocemar Garcia
Sival Cadete

Título: Kanhgág vî ke vỹ rán kỹ nĩ Nerejto tu: Constituição Federal, OIT 169 kar ODS – Kanhgág vî Ki ke

Subtítulo: Língua Indígena Viva no Direito: Constituição Federal, OIT 169 e ODS Traduzidos

Coordenação Técnica: Dalila Martins Viol, Edilson Baniwa, Gabriela da Silva Brandão, Jessica Zimmer da Silva, Julia Zucchi Natour, Lara Aued e Silvino Hipólito da Silva Neto

Instituições Responsáveis: Advocacia-Geral da União, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Instituto de Direito Global

Ano de Publicação: 2026

Edição: 1ª Edição – Junho de 2026

Local de Publicação: Brasília/DF

Formato: Impresso e Digital (pdf)

Número de páginas: 384

Projeto Gráfico: Cristian Wari'u Tseremey'wa

Diagramação: Alan Costa

Colaboraram com as publicações das traduções no âmbito do LIVD:

Ademir Garcia, Amanda Teles Marques, Amirele Machado, Ana Rita de Calazans Perine, Andrei Mendes de Andrades, Atos Fermin Vasques, Bernabé Bitencourt Serra, Carine Saez, Carolina Augusta de Mendonça Rodrigues, Celestiel Kri da Silva, Crizantho Alves Fialho Neto, Decüra-cü-Teodorino Manduca Carvalho, Eliel Benites Kaiowá, Elizabeni Barbosa Almeida, Fernando Costa Gomes, Geniniana Almeida Barbosa, Gilmar Veron Alcântara, Isabela da Silva, Jeronimo Franco da Silva, Jhelice Franco da Silva, Jucemari Mĩnká da Silva Corrêa, Kesia Valderes Jacinto Mûtê, Leonel Kāka Caetano Chaves, Lileia Pedro de Almeida, Lúcia Assis Moraes, Maicon Flores do Nascimento, Mariana Cavalli Libardi, Maurício Vên-Tahn Salvador, Mendison Chota Agostinho, Renata Castelão, Rosane Gonçalves da Costa Warken, Rosimere Maria Vieira Teles, Selvino Kokaj

Amaral, Sue Elen Lievore, Valdelice Veron, Vanessa Ferreira Gamarra, Viviane Jag Fej Farias, Voninho Benites Pedro

Licença de uso: CC BY (Atribuição 4.0 Internacional)

Contato: lingua.indigena@agu.gov.br

Site: www.livd.org.br

Programa Língua Indígena Viva no Direito (LIVD) tu ke

O Programa Língua Indígena Viva no Direito (LIVD) vỹ tỹ kanhgág ag jykre, kar ag vî tãn já ke nĩ, jagnỹ mré tu jykrén jé, jurídico kãmĩ.

Jykre tag vỹ tỹ Advocacia-Geral da União (AGU) ag tu âkrén jé nĩ, kar ver, Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Ministério da Justiça kar Segurança Pública (MJSP) ag ke gé. Ag jykre tag vỹ tỹ pópé Constituição Federal tỹ, kanhgág tẽgtũ tag ag vî ra rán jé ke nĩ – Kaiowá, Kaingang kar Tikuna – vẽnhrá tỹ censo tỹ 2010 tugnỹm ka, Instituto de Geografia kar Estatística (IBGE).

Jykre tag vỹ, kanhgág ag vî ke rán kỹ nĩn kỹ, tugnỹm há han kỹ, jagnẽ mré jykre pĩr han ge nĩ, ti kar mỹ, kanhgág kar fóg ag mré hã, mỹr ti kanhgág ag vî kã nĩn kỹ vỹ, tu ânkrén kar kri rãnrhãj jé há nĩ, mỹr vỹ ti tỹ kanhgág ag vî kã nĩn kỹ vỹ, estado ag lei kinhrãg há han há nĩ. Jykre tag vỹ tỹ, rán ke nĩ, Constituição Federal, OIT 169 kar ODS, kanhgág tẽgtũ tag ag vî ra, ag hã vỹ tỹ êmã tỹ brasil kãki tỹ ãn e hã nỹ tĩ.

Programa vỹ kanhgág tag ag vî ki rán mũ, kanhgág ag tỹ ag vî ki justiça tu vãmén jé, kar jagnã rike kar nỹ tĩn jé, ag tỹ ag vî ki direito tu vãmén jé gé, ag tỹ kar ag nỹ tĩ jé ty, hã tỹ vãsãsan jé, vẽnhrá tag hã vỹ tỹ kanhgág ag tãn ke nĩ.

Kỹ vỹ Chamamento público ke Instituto de Direito Global (IDGlobal) ti kuprãg ag tóg AGU ag, ti tỹ LIVD han jé, kar vỹ ver Organização da Sociedade Civil, Pesquisadores kar kanhgág vî tu vẽnhrã kajrãnrãn ti ag, tu êg Linguista ag ke tĩ, ag mré han.

Jykre tag vỹ jagnã mré tu âkrén kỹ kikro há han ke mũ, mỹr Organização da Sociedade Civil ag vỹ kanhgág ag nỹ tĩj fã ty kinhra nỹ tĩ, kar ver ag hãren ka, jagnã mré ânkrén fã kinhra nỹ tĩ, ag hã vỹ tỹ: Rede de Mulheres Indígenas do Estado de Amazonas – Makira E'ta, vỹ kanhgág Ticuna ag mré rãnrhãj tĩ, ju Associação de Difusão Cultural de Canela – ADICUCA, ag vỹ kanhgág ag mré rãnrhãj tĩ, kar ver Instituto Ixiru Ete – Pai De Todos – Tekoha Laranjeira Nhãnderu, ag vỹ kanhgág kaiowá ag mré rãnrhãj tĩ.

Sobre o Programa Língua Indígena Viva no Direito (LIVD)

O Programa Língua Indígena Viva no Direito (LIVD) é uma iniciativa que visa promover o reconhecimento e a valorização das línguas indígenas no âmbito jurídico brasileiro.

A ação é promovida pela Advocacia-Geral da União (AGU), com o apoio do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Dentre os seus objetivos, encontra-se traduzir a Constituição Federal para as três línguas indígenas mais faladas no país — Kaiowá, Kaingang e Tikuna — conforme o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O programa reconhece o papel fundamental das línguas originárias na construção de uma justiça mais plural, inclusiva e democrática, possibilitando que as comunidades indígenas tenham acesso direto, em sua língua materna, aos principais instrumentos normativos jurídicos de proteção aos povos originários. Dentre os seus objetivos, encontra-se traduzir a Constituição Federal, OIT 169 e ODS para as três línguas indígenas mais faladas no país.

O LIVD representa um passo significativo na construção de um Brasil que reconhece sua diversidade cultural e linguística como pilar da democracia, ao assegurar que o direito seja efetivamente acessível a todos os povos que compõem a nação.

Por meio de chamamento público, o Instituto de Direito Global (IDGlobal) foi selecionado para executar o LIVD e para essa missão reuniu organizações da sociedade civil, pesquisadores indígenas e especialistas indígenas em linguística.

A execução do projeto é fortalecida por uma atuação em rede com organizações da sociedade civil diretamente vinculadas às comunidades participantes: a Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas — Makira E'ta, que atua junto ao povo Tikuna; a Associação de Difusão Cultural de Canela — ADICUCA, ligada ao povo Kaingang; e o Instituto Ixiru Ete — Pai De Todos — Tekoha Laranjeira Nhãnderu, vinculado ao povo Kaiowá.

Consulta prévia kar ti ki hã ke ãn tugnym há han

Vẽnhrá tag kãki vỹ ken kỹ nỹ, Convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho, jagnã mré tu ãkrén vén jé, rán ka fi tũ ki, kỹ vỹ rán tu ke, vẽnhmãn vén, jagnã mré tu ãkrén jé, tu ẽg consulta prévia ke tĩ, kanhgág tag ag mré, Kaiowá, Kainkang kar Ticuna ag.

Tradução tag vỹ, etapa tẽgtũ ki han kỹ nĩ. Ûn pir ki vỹ, kanhgág ag mỹ, ù tỹ ag jykre tãn fã ãn nỹ tĩ, vỹ ag direito tu, ù ag tỹ tradução han mũ ãn ag vỹ tugnym kar kuprãg jé. Ju ùn rẽgre vỹ tỹ, ùn constitucional tỹvĩn nỹ tĩ. ẽgno ty ser vỹ Constituição Federal, Convenção n° 169 tỹ OIT kar ODS ag han. Tradução ti etapa han kãn kỹ, ẽg vỹ kanhgág ag vãnhmãn ag mỹ, mỹ ajag mỹ há ke tĩ, ti tỹ ag kinhrãg há ãn ve ja, ti rá ãn tỹ ki hã nỹ ãn ve ja.

Jagnã mré nĩgnĩ kỹ tu ãkrén fã tag vỹ, vẽnhrá tỹ constitucional jagma hã tĩ ãn vej, mỹr vỹ fóg ag ví ke, ki hã ke nỹ, hãra ti kanhgág ag ví ke rán kỹ nĩn kỹ vỹ, ag hãren kỹ fóg ag jykre tag tỹ, ag ví ke rán kỹ nỹn ãn ve kar tu ãkrén jé ke nĩ, ag tỹ hãren kỹ tu ãkrén fã ãn ve kỹ rán jé gé, ag ví ke.

Consulta Prévia e Validação

Em respeito aos princípios estabelecidos pela Convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho, todas as etapas que antecederam a tradução foram realizadas mediante consulta prévia, livre e informada junto aos Povos Kaiowá, Kaingang e Tikuna.

A tradução foi desenvolvida em três etapas. Na primeira, foram traduzidos os artigos da Constituição Federal considerados mais relevantes para os povos indígenas, segundo avaliação dos próprios indígenas envolvidos no processo de tradução. Na segunda etapa, foi traduzido mais um terço do texto constitucional. Por fim, realizou-se a tradução do restante da Constituição Federal, bem como da Convenção n° 169 da OIT e dos ODS. Ao término de cada etapa, a tradução foi apresentada à comunidade *in loco* para validação do conteúdo, garantindo que todos os termos, conceitos e interpretações estivessem cultural e linguisticamente adequados.

Esse processo assegura que a tradução preserve, simultaneamente, a precisão jurídica indispensável e o respeito à cosmovisão, aos valores e às formas próprias de expressão de cada povo indígena participante.

TO VÊMER

Programa Língua Indígena Viva no Direito (LIVD) vỹ 1988 kã Consti-tuição Federal ãn jamĩn jagma kótĩ mũ, ti kar tỹ êmã mũ jatun mỹ nén ù hynhan jé. Instituições ag tỹ projeto tag kri nỹtĩ mũ ãn ag vỹ povo brasileiro tỹ, tỹ'ũ kar ãn kinhra nỹtĩ, hãkỹ ag vỹ ag valoriza ke mũ, jun ge ãn ty krỹg há han jé.

Hã ty jun ke ãn tu êkrén kỹ, LIVD tag vỹ União ty Advocacia-Geral, Povos Indígenas ag Ministério, Justiça ti Ministério kar Segurança Pública, So-ciedade Civil ti Organização kar Direito Global ti Instituto (IDGlobal) ag vãsãnsãn jé nón mur mũ. Tag ag parceria hãvỹ ag jagnỹ mré ag jykre tỹ pir ke kỹ, kanhgág ag mỹ, ag mré ag jykre to tar ven mũ.

Pryg tỹ 2024 kã kysẽ tỹ abril ti kurẽ tỹ 18 kã Portaria Interministerial AGU/ MPI/MJSP n° 1 kã LIVD tỹ ne han ke ãn rẽgre kri rãnrhãj ke ãn rán mũ:

I – vẽnũ ù ra normas, termos, conceitos kar institutos juridicos rán jé ketũn mỹr jagnã mré vin jé

II – êmã tag mũ kar tãmĩ êmã mág ù mũ legislação to formação kar capacitação hynhan jé, kanhgág nỹ tĩ jé kar mũ valores so-ciais kar culturais to ke gé.

Ag tỹ to vẽnhmãn vén mũ ãn kã, ag to vẽnén mũ kã ag vỹ povo tỹ ag mré han ke ãn mỹ êg vî ki vẽnhrá tag jun ke, tó mũ, 1988 kã Constituição Federal, Vẽnhrãnrhãj to Organização Internacional kã Convenção n°169 (OIT) kar ONU ag tỹ Desenvolvimento Sustentável ag Ne jé ke (ODS) hynhan jé ãn ti.

Ag tỹ kar vẽnhmãn mãn kỹ ag vỹ ser programa tag nón formação kar capa-citação hynhan ke nỹ tĩ, nén ù kar tag to vẽnén jé. Ag tỹ ser êmã tag mũ kar tãmĩ êmã mág ù mũ legislação to formação kar capacitação hynhan ke vẽ, kanhgág nỹtĩ jé kar mũ valores sociais kar culturais to ke gé.

Êmã mág tag ki êg vî tẽgtu tag hãtỹ ehe tugnĩn – Tikuna, Kaiowá kar Kaingang – vẽnhrá jurídicos tag vỹ rán rán vén kỹ nỹtĩ, ti kar tỹ ti direito kinhra nỹtĩ jé, ti tỹ ti vî ki rán kỹ nĩ, tugnĩn.

Mré tỹ Constituição kãki Direito à Educação ki ken kỹ nĩ gé: “Ensino fundamental ki vỹ fóg vî ki kanhrãnrãn, hãra kanhgág ag vỹ ag vî ki kanhrãn mũ gé kar ag nén han fã kar ti” (CF 1988, art. 210, § 2º).

Língua Viva no Direito vỹ tỹ Estado tỹ han ke pẽ nĩ, Carta Magna ki rán kỹ nĩ ãn nón, mỹr tỹ ti art. 231 ki: kanhgág kar ag kinhrãg ke, ag hãren kỹ nỹtĩ ãn, ag ne han fã, ag vỹ, nén ù kri fij fã, kar nén kar hynhan fã ãn, ke kỹ nĩn.

Kanhgág ag hã vỹ vãsóki ag vỹ ra rán ke tag vej mũ, ag si ag jykre ãn to êkrén kỹ, ag ne han fã ãn kar êmã ù mĩ nén ù tỹ hãre nĩ ãn nón. Kar ke gé, ag vỹ ra rán jé tag ti kar tỹ kinhrãg há han jé, ti tỹ ag jagrẽ, ag si ag hãmĩ kãmũ jé ãn tó jé gé.

Tag hã tugnĩg LIVD ki ke ag vỹ pã'i, kófa kar ti kar tỹ êmã ki nỹtĩ ãn ag mré to vẽnén mũ, kar ser êmã ãn ty organizações ki ke, gĩr kanhrãnrãn fã kar pesquisadores ag ke gé. Programa tag vỹ ser kanhgág “ag mỹ” kar “ag tugnĩn” han kar valida ke kỹ nĩ, Estado Brasileiro vỹ vé ti tỹ ki hã ke jé nón ve mũ. Vẽnĩ vî Tikuna, Kaingang kar Kaiowá ag tỹ ne jé ke tag ty krỹgkrỹg jé, vỹ tỹ ag tỹ vẽnhrá tỹ jurídicos tag ki ag vỹ tỹ rĩr nĩ jé, ti kar tỹ tó jé kar ti kar tỹ mẽ jé ke nĩ.

LIVD vỹ tỹ ti nén mẽ mũ ãn nón nén ù han jé ke nĩ. Ti kar cultura kar ti vỹ kinhrãg jé, ù tỹ Brasil kãki ga tag mĩ nỹtĩ ãn ag, ga rãnrãn tag tỹ ke tũ ke ver. Êg tỹ normas tag tỹ vẽnĩvĩ ù rá rãnrãn kỹ êg vỹ êmã kar ag nén han fã ãn pãterãg tũ nĩ, êg tỹ êg jagnã mré vãmẽr tag tỹ kagma hynhan sór vẽ.

Mré tỹ ser tỹ política pública kãki ti kar direito to ke nĩ, ti si kã ke ag mré hã han ge ãn kãki ag mỹ justiça, hãky vẽnhrá tag vỹ 1988 kã Constituição, OIT 169 kar ODS to rán kỹ nĩ.

Kỹ programa Língua Indígena Viva no Direito vĩ ù tỹ nén ù tag nón mũ tag ag tar han ti. Û jé ăn mũ vễnvĩ ù ki ă mắg ti. Kagma e jé tag nón vễnhvinven ti. Vễnhrá tỹ Tikuna, Kaingang kar Kaiowá ki rán kỹ nĩ tag tugnĩn ti kar jé instrumentos jurídicos tag kinhra nỹtĩg – ti nén ù hynhan fã mũ, ag ẽmã mũ nỹtĩj jé mũ, ag vĩ kar brasileiros kar ag fe kãki.

Advocacia-Geral da União
Ministério dos Povos Indígenas
Ministério da Justiça e Segurança Pública

APRESENTAÇÃO

O Programa Língua Indígena Viva no Direito (LIVD) segue o caminho apontado pela Constituição Federal de 1988 rumo à construção de uma sociedade livre, justa e solidária. As instituições envolvidas no projeto partem da convicção de que cada iniciativa que reconhece e valoriza a diversidade do povo brasileiro é um avanço nessa direção.

Com tal missão no horizonte, o LIVD nasceu da união de esforços entre a Advocacia-Geral da União, o Ministério dos Povos Indígenas, o Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Organização da Sociedade Civil Instituto de Direito Global (IDGlobal). Uma parceria institucional que revelou, ao longo do percurso, caráter integrador e social, espírito de transversalidade e fidelidade à diretriz de fortalecimento da cidadania dos povos indígenas.

A Portaria Interministerial AGU/MPI/MJSP nº1, de 18 de abril de 2024, que institui o LIVD, estabelece os dois eixos em torno dos quais o programa deve girar:

I – tradução e integração de normas, documentos, termos, conceitos e institutos jurídicos; e

II – formação e capacitação em conteúdos relacionados à legislação nacional e internacional, bem como a valores sociais e culturais das diferentes comunidades indígenas.

No primeiro eixo, em diálogo com os povos envolvidos, o programa se propõe a entregar à sociedade as traduções, escritas nas línguas indígenas, da Constituição Federal de 1988, da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

No segundo eixo, o programa resultará na construção de planos de formação capacitação em conteúdos destinados a promover o diálogo intercultural. Os planos devem envolver temas relacionados à legislação nacional e internacional e aos valores sociais e culturais das comunidades indígenas.

As traduções dos textos jurídicos para as três línguas indígenas mais faladas no País — Tikuna, Kaiowá e Kaingang — corporificam o direito de acesso à informação, ao conhecimento e à cidadania dos povos em suas línguas maternas.

Ao mesmo tempo, materializam outro direito fundamental previsto na Constituição, o Direito à Educação:

“O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (CF 1988, art. 210, § 2º).

O Língua Indígena Viva no Direito é mais um passo para a efetivação de um dever do Estado previsto na Carta Magna, em seu art. 231: o dever de reconhecer aos povos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições.

É fundamental, portanto, que as comunidades indígenas sejam protagonistas no processo de tradução para suas línguas, como um ato de respeito ao modo de vida, tradições e experiências das diferentes comunidades, mas também para que as traduções possam refleti-las em seus aspectos cosmológicos, espirituais, ancestrais, étnicos e de gênero.

Nesse sentido, as ações do LIVD foram realizadas com o envolvimento direto de lideranças, anciãos e comunidades indígenas, além de organizações locais, professores e pesquisadores do tema. O programa foi construído, executado e validado “com” e “pelos” povos indígenas, cabendo ao Estado Brasileiro o papel de facilitador do diálogo intercultural. O objetivo da dinâmica adotada foi garantir que as traduções dos textos jurídicos para as línguas Tikuna, Kaingang e Kaiowá sejam instrumentos vivos, falados e ouvidos.

O LIVD é, em sua essência, uma ação de escuta. Um projeto de reconhecimento e de respeito à diversidade cultural e linguística daqueles que habitam as terras brasileiras desde muito antes de qualquer demarcação. Ao promover a tradução de normas, respeitando os valores e contextos de cada comunidade, estamos construindo pontes reais para

o diálogo intercultural.

Ao mesmo tempo, é uma política pública que realiza direitos fundamentais, um ato de justiça histórica e constitucional, que confere materialidade ao texto da Constituição de 1988, da OIT 169 e dos ODS.

Que o programa Língua Indígena Viva no Direito inspire outras iniciativas pela construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Que mais vozes sejam ouvidas. Que mais pontes sejam construídas. E que os textos agora traduzidos para o Tikuna, o Kaingang e o Kaiowá sejam, cada vez mais, instrumentos jurídicos vividos — na prática, no território, na língua e no coração de todos os brasileiros.

Advocacia-Geral da União
Ministério dos Povos Indígenas
Ministério da Justiça e Segurança Pública

Û TỸ TO VÊMÉN

Êmã tỹ Brasil kâki êg vî to política kâki fóg ag vî hãvỹ tar tỹvĩ jé nĩ, êg cultura kar êg vî tỹ tũ ke sór ag vỹ, êg tỹ kanhgág tag hã tỹ ke tỹ vîn ag tóg. Fóg ag tỹ ga ki kãge jé tugnĩg êg vî vỹ tũ ke kren.

Século XVI-XVII kã jesuítas ag tỹ Brasil história ki kanhgág kar ag vî ki-nhrãg kar ag kanhrânran jé ân vỹ tỹ ag tỹ fóg ag tỹ ag ga ki ge jé ke pẽ nĩ. Kanhgág ag vî tó kinhrãg ag tóg, ag tỹ ag tỹ nén han há han jé, hãkỹ ag vỹ, ag tỹ tũ ke sór mũ, ag kanhró, ag cultura, ag vĩ, ag nén ù kar hynhan fã kar ag tỹ hãty kãmũ jé ân ti.

Prỹg tỹ 1988 kã Constituição hãvỹ kanhgág kar ag tỹ ag vî ki vênhrán jé ag jagfy vî mũ. Hãkỹ, ùri kanhgág vênhrá tỹ vênhven kỹ vỹ êmã kar mũ kanhgág ag vî tỹ tar ke mũ, ag cultura kar identidade tỹ ser tar nĩ jé.

Ûri êg vỹ nén ù e tỹ kanhgág ag vî ki ránrán kỹ nỹtĩ vigvég tĩ, hãkỹ êg vỹ to êkren ti, êg vî ki nén ù tỹ rán jé tag ti. Fóg ag vênhrá nón kanhgág vỹ ser ti nén ù hynhan fã, ti vî kar ti cultura to vêmén mũ. Tag nón ùri, ùn e vỹ ser ti jykre ránrán mũ, vãsỹ fóg ag tỹ ag han kamêg jé ân tugnũ.

Programa tag to

Nén ù kar tag nón ser Programa Língua Indígena Viva no Direito (LIVD) tỹ mur mũ, União ti Advocacia-geral (AGU), Povos Indígenas ag Ministério (MPI), Justiça kar Segurança Pública (MJ) kar Sociedade Civil ti Organização (OSC) ag tỹ jagnã mré ag jykre tỹ pir ke jé tugnũ. Ag tỹ Kanhgág kar ag to kagma han jé ke vẽ kar ù tỹ tag formulação jo nỹtĩ ag, ù tỹ han ge ân hynhan fã êg êmã kâki, hãkỹ ag vỹ ser prỹg tỹ 1988 kã Constituição Federal, OIT 169 kar ODS tỹ Tikuna, Kaiowá kar Kaingang ki rán jé, ke mũ.

Programa tag vỹ ser ven mũ fóg ag ne han fã tỹ ti kar vî ke rán há tag tĩ, kâki ag vỹ ag jykre, ag vî kar ag cultura vigvej mũ. To ag vỹ “mur tẽg”, “tĩg há han kar há tĩj ke” ke ti, nén ù kar, ag jagrẽ vî kar kanhgág vỹ fã kar.

Kanhgág vĩ ra vênhrán tag vỹ êmã mág kar mĩ Línguas indígenas ti prỹg kato jur mũ, ag vẽmer hãvỹ: “Êg tũ ra, ù pi êg mỹ ne han”, ke mũ.

Ủ tỹ Programa ki nỹtĩ ag to ke vẽ

Prỹg tỹ 2022 kã IBGE ag vỹ Kanhgág ag to, ag vỹ êmã tỹ Brasil kãki, tỹ ùn é tỹvĩ ag nỹtĩ ke mũ, 45,8 mil ke ag vỹ jẽ, êmã tỹ Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná kar São Paulo mĩ ag vỹ nỹtĩ. Ag vỹ hãvỹ Jê ty kótĩg kỹ nĩ, ver ag vỹ ag vỹ tag ki jagnã mré vêmén ti, nén tỹ ag identidade cultural tãn kỹ nĩ hãvỹ.

Kaiowá ag vỹ Mato Grosso do Sul ty nỹtĩ, ver ag vỹ jagrẽ kar ag cultura mré ke ti, toa g tekoha ke ti, ag nỹtĩ jê vỹ ag mỹ nén ù há kar kãfór nĩ. Ag tỹ ag ga kenkren mỹr ag vỹ Aty Guasu ty vênhmãmãn ti, ag tỹ jagnã mré vênhgénh jê, ag tỹ ag vỹ tỹ tũ ke tũ nĩ jê teko porã tugnĩn – nén ù kar vỹ há tĩj ãn ki. Prỹg tỹ 2022 kã IBGE ag vỹ 58,6 mil ke ag tỹ jã ke ti, ag vỹ vỹ tỹ tupi-guarani nĩ.

Tikuna ag vỹ 74 mil ke jã, goj kar nãn vỹ tỹ ag tar hã nĩ, Alto Solimões ty ag nỹtĩ, êmã tỹ Tabatinga, Benjamin Constant kar Amaturá Há ty. Ver êmã tỹ Colômbia ty ù tỹ 8 mil ke vỹ nỹtĩ kar êmã tỹ Peru ty 7 mil ty krỹj ke vỹ nỹtĩ gé. Ag vỹ vỹ vỹ tỹ tikuna hã nĩ, ti kótĩg jê kikagtĩg, hãra ti kar vỹ jagnã mré ki vêmén ti.

Vênhrá tỹ 1988 kã Constituição Federal, OIT kar ODS tỹ vênhvĩ tỹ Kaiowá, Tikuna kar Kaingang tag vỹ kanhgág tỹ especialistas ag tỹ êg vỹ rẽgre tó há tag ag mré han kỹ nĩ, ag nỹtĩ jê mĩ nén han fã, ag kanhró ãn nón, ù tỹ fóg vỹ tó kórég ãn ag tỹ kinhrãg jê gé.

Vênh rãnrãj tag han kỹ êg vỹ nén kar mĩ kãmũ jẽg, hãra vỹ êg tỹ vênh jo êkrén han, mỹr LIVD tỹ kanhgág tỹ especialistas ag tỹ vãsóki hãren kỹ han ke ãn to êkrén han mỹ. Kar programa vỹ ag tỹ vôsóki vênhrá tỹ hãren kỹ ag jykre ty jun há ãn to êkrén han mỹ gé, fóg ag vẽmer tỹ tãty fón kỹ ag mré ke ag tỹ kinhrãg jê.

Hãkỹ documentos jurídicos tỹ Tikuna, Kaiowá kar Kaingang vĩ ki rán kỹ nĩ tag vỹ, ag vỹ tỹ tar kej mỹ, ag tỹ ag direito to rá rá jé, ag identidade cultural tỹ tar ke jé, ag vỹ kar ag si ag mỹ há tĩ jé. Ty krỹg ag tóg, Kaingang, Tikuna kar Kaiowá, kar êg êmã tỹ Brasil kãki, República kar Democracia tag ki kanhgág kar ag.

Prof. Edilson Baniwa
Diretor do Departamento de Línguas e Memórias Indígenas
Secretaria Nacional de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas
Ministério dos Povos Indígenas

PREFÁCIO

A política linguística no Brasil sempre foi de superioridade eurocêntrica, excluindo as culturas e as línguas, sobretudo dos povos originários. Isso se deve a forte colonização da linguagem indígena.

A tradução jesuítica, ocorrida no século XVI-XVII, desempenhou por muito tempo um papel, na história brasileira, não de simples cúmplice da violência colonial, mas, especialmente como instrumento de invisibilização, marginalização e apagamento dos povos indígenas, seus saberes, suas culturas, suas línguas, suas epistemologias e suas trajetórias históricas.

A Constituição de 1988 tem permitido mudanças significativas na relação entre a tradução e os povos originários. Assim, ao apresentar reescritas indígenas, as coleções em questão ressaltam a diversidade de vozes e perspectivas existentes nas comunidades indígenas, contribuindo para a valorização e o fortalecimento de suas culturas e identidades.

Nas últimas décadas observamos diversas traduções, publicações nas línguas indígenas, isso nos leva a contemplar uma mudança de paradigma na tradução, de um instrumento colonial para um meio pelo qual os povos indígenas podem (re)encontrar suas narrativas, línguas e culturas. Além disso, essas publicações também têm proporcionado uma oportunidade para que outros indivíduos dentro de contextos pós-coloniais acessem histórias e perspectivas que lhes foram negadas.

Sobre o Programa

É nessa perspectiva que nasce o Programa Língua Indígena Viva no Direito (LIVD), resultado da parceria institucional entre a Advocacia-Geral da União (AGU), os Ministérios dos Povos Indígenas (MPI) e da Justiça e Segurança Pública (MJ) e Organização da Sociedade Civil (OSC), visto que seu objetivo é criar uma ponte de entendimento entre os povos indígenas e os responsáveis pela formulação e aplicação das leis brasileiras, traduzindo a Constituição Federal de 1988, da OIT 169 e ODS para as línguas Tikuna, Kaiowá, Kaingang.

Este programa contempla uma mudança de paradigma na tradução de um instrumento colonial, para um meio pelo qual os povos indígenas podem (re)encontrar suas narrativas, línguas e culturas. Significa “Vida Nova”, o “Bem Viver e Viver Bem” material e espiritual das línguas e linguagens indígenas. Este trabalho de tradução para línguas indígenas também vem ao encontro do ano internacional das décadas das Línguas Indígenas que tem o lema: “Nada para nós sem Nós”.

Sobre os povos envolvidos no Programa

O povo Kaingang segundo IBGE 2022 é um dos maiores e mais expressivos grupos indígenas do Brasil, com população de 45, 8 mil pessoas, espalhadas principalmente pelos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo. A língua Kaingang, integrante da família Jê, permanece viva e falada por grande parte do povo, funcionando como um elo essencial da sua identidade cultural.

O povo Kaiowá, habitantes tradicionais do sul de Mato Grosso do Sul, mantêm uma profunda relação espiritual e cultural com o tekoha, seu território sagrado. Mesmo diante da perda de terras, seguem reunindo-se nas Aty Guasu para fortalecer sua luta coletiva, preservar a língua e garantir o teko porã — a vida boa e harmoniosa. Segundo o IBGE 2022 são 58,6 mil, a língua faz parte da família linguística tupi-guarani.

O povo Tikuna, o mais numeroso com 74 mil pessoas, tem estreita conexão com os rios e a floresta, suas comunidades se concentram principalmente na região do Alto Solimões, em municípios como Tabatinga, Benjamin Constant e Amaturá Há, ainda, cerca de 8 mil Tikunas na Colômbia e quase 7 mil no Peru. A sua língua, também chamada tikuna, é considerada de origem isolada, sem parentesco comprovado com outras famílias linguísticas, e segue amplamente falada nas aldeias.

A tradução inédita da Constituição Federal de 1988, OIT e ODS para as línguas Kaiowá, Tikuna e Kaingang, contou com a colaboração de especialistas indígenas bilíngues e o respeito diante das perspectivas socioculturais, conhecimentos específicos indígenas, para alcançar uma tradução

autêntica, apta a refletir, a um só tempo, os valores constitucionais e a compreensão dos que não falam o português.

Durante o trabalho houve vários desafios, mas muitos significados importantes, pois, o LIVD proporcionou grande exercício para que especialistas indígenas durante a tradução construíssem metodologias indígenas. Além disso, o programa fez que com que mergulhassem na mitologia cosmogônica e etiológica para tentar fazer a tradução mais aproximada possível de cada povo evitando a visão do homem branco e não condizente, em muitos casos, com a visão de mundo do indígena.

Por fim, disponibilizar documentos jurídicos nas línguas Tikuna, Kaiowá e Kaingang permitirá às comunidades indígenas falantes destas línguas compreender e reivindicar seus direitos, fortalecerá suas identidades culturais, linguísticas e a autoestima ancestral. Uma conquista dos Kaingang, Tikunas e Kaiowá, dos povos indígenas do Brasil, da República e da Democracia.

Prof. Edilson Baniwa
Diretor do Departamento de Línguas e Memórias Indígenas
Secretaria Nacional de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas
Ministério dos Povos Indígenas

TI KRĨ

Vẽnhrá kar tag vỹ tỹ ti kar tỹ kar ti direi to nón mũ jé ke nĩ, hãkỹ vỹ prỹg tỹ 1988 kã Constituição Federal, Vẽnhr rãnrãj fã ty Organização Internacional ti Convenção n° 169 (OIT) kar Desenvolvimento Sustentável tỹ ne jé ke (ODS) tỹ ẽg vỹ ki rán kỹ nĩ, kar vỹ ver Glossário nĩ gé. Vẽnhrá tag vỹ vẽnmer e tỹvĩ nón han kỹ nĩ, ti kar kinhrãg jé, kar kanhgág vỹ tỹ tar ke jé, ag tỹ justĩa tỹ ne to nĩ ãn nón kinhrãg jé.

Kaingang, Kaiowá kar Tikuna ag vỹ ki vỹ rán kỹ nĩ: Prỹg tỹ 2010 kã IBGE ag Censo Demográfico vỹ vẽnhvĩ tẽgtũ tag to ẽmã tỹ Brasil kãki mág tỹvĩ nĩ, ke mũ. Ag kar ki, ag vỹ 120 mil ke jã, ag tỹ nẽn ù tỹ jurĩdico tag kinhrãg jé, ag vỹ tugnĩg.

Êg vỹ ki rán jé ẽg vỹ ti kar tỹ ne han fã ãn nón tugnỹn mũ. Tag han jé ẽg vỹ ti kar mré to vẽnén vén mũ, ti hãre nĩ ãn ti. Û tỹ han mũ ag vỹ vãsóki, hãrenkỹ han ke ãn to vẽnén mũ. Kỹ ẽg vỹ vég mũ, ti kar tỹ to vãsãnsãn ãn ti, ag tỹ jagnã mré hãrenkỹ ag nỹtĩ ãn mũ ag direi to vẽnén ãn kar tãmĩ ke kar to ẽkrén ãn ti.

Rán ke ty jun kỹ kanhgág pẽ hãvỹ rán rán mũ, ù tỹ ag vỹ ki vẽnhrán há kar cultura to kanhró mág ãn. Kar, kanhgág tỹ tỹ linguista vỹ ser tugnỹm kỹ ki hynhan, tãmĩ ke kar ãn tỹ vẽnhrá tỹ ne to nĩ ãn kinhrãg há han jé.

Vẽnhrá tag vỹ tĩg mág, taki jun jé, ẽg tỹ ti kar vỹ jẽmẽ jé tugnĩg, ag jykre tỹ pir ke jé. Taki jun jé ẽg vỹ ùn e mỹ to vẽnén, kar valida ke jé, ẽmã ty han jé ãn mũ. Vẽnhrá tag tỹ ù mỹ hãre nĩ ãn tugnỹm jé, ti ag mỹ há nĩ ãn kar ag kinhrãg jé gé.

Programa Língua Viva no Direito (LIVD) tag tỹ projeto han jé tag vỹ tỹ han ge ãn n° 14.903/2024 nón ke nĩ. Direi to Global ti Instituto (IDGlobal) vỹ ti organiza ke jé kirã, ẽmã tag ki entidade tỹ contratado vyr jé hãvỹ regime jurĩdico ki, hãkỹ projeto tag tỹ ti kar mũ tĩ mũ, ti condução técnica, ética kar operacional ti. Ti tỹ kirã jé vỹ Edital n° 02/2024 ki kuprẽg kỹ nĩ.

IDGlobal vỹ ser organizações ag mré vẽnén mũ, hãkỹ Associação de Di-

fusão Cultural do Canella – ADICUCA, vĩ ag mré kirã mũ, kanhgág vĩ ki
vênhrán tag han jé; jo Instituto Ixiru Ete – Pai de Todos – Tekoha Laranjeira
Nhanderu vĩ Kaiowá ag jo jê mũ; jãvo Rede de Mulheres Indígenas do
Estado do Amazonas – Makira E'ta vĩ ser Tikuna ag jo jê mũ.

Livro tag tỹ nén ù vênhmãn kỹ ẽg vĩ tag ki rán kỹ nữ tag vĩ tỹ, ti kar ti di-
reito kinhra nỹtĩ jé ke nữ, ag tỹ nón vãsânsân jé, ag nén han fã kar ag vĩ nón.
Pi tag hãki krỹ kej mũ, hãra tỹ ti kar mũ mũj, ẽmã kar mũ ti kar tỹ tugnỹm
kỹ kri ag jykre hynhan jé.

Instituto de Direito Global

INTRODUÇÃO

Este volume reúne traduções fundamentais para a ampliação do acesso ao direito, apresentando, em línguas indígenas, a Constituição Federal de 1988, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), além de um Glossário de Apoio. Mais do que uma compilação de textos normativos, esta obra é um instrumento de diálogo intercultural, voltado ao reconhecimento, à valorização e ao fortalecimento das línguas indígenas, e de promoção do acesso à justiça.

As traduções foram realizadas nas línguas Kaingang, Kaiowá e Tikuna: três das línguas indígenas mais faladas do país, segundo o Censo Demográfico de 2010 do IBGE. Em conjunto, somam mais de 120 mil pessoas, que passam, com esta iniciativa, a ter a oportunidade de acessar conteúdos jurídicos em suas próprias línguas.

A execução das traduções respeitou as especificidades linguísticas, culturais e epistemológicas de cada povo, contribuindo para ampliar o alcance e a efetividade desses conteúdos em diferentes territórios. O processo de construção deste material foi precedido e orientado por consultas prévias, livres e informadas, que constituíram seu eixo estruturante. Nesse contexto, destaca-se uma inovação metodológica relevante: as consultas foram realizadas por pessoas indígenas e conduzidas nas próprias línguas das comunidades envolvidas. Essa abordagem reforçou a legitimidade e a efetividade do processo, assegurando ampla participação comunitária, fortalecimento da autonomia dos povos indígenas e maior aderência dos conteúdos produzidos às realidades locais e às formas próprias de compreensão do direito e da vida coletiva.

A etapa de tradução foi conduzida por tradutores indígenas tradicionais, reconhecidos por seu domínio linguístico e profundo conhecimento cultural. Em seguida, os textos foram revisados por linguistas indígenas, o que permitiu ampliar a precisão conceitual, a consistência terminológica e a adequação às estruturas próprias de cada idioma.

A elaboração do material seguiu um percurso progressivo, baseado na escuta qualificada, no diálogo contínuo e na construção coletiva. Ao longo desse processo, foram realizados ciclos de apresentação, debate e validação nos territórios, garantindo que as traduções fossem não apenas corretas, mas também compreensíveis, apropriáveis e alinhadas às formas de expressão e entendimento de cada comunidade.

Este projeto, desenvolvido no âmbito do Programa Língua Indígena Viva no Direito (LIVD), teve um arranjo institucional inovador regido pela Lei nº 14.903/2024. O Instituto de Direito Global (IDGlobal) teve a honra de atuar como organização da sociedade civil responsável por sua execução, sendo a primeira entidade do País contratada sob esse regime jurídico, o que representou, simultaneamente, reconhecimento institucional e elevada responsabilidade na condução técnica, ética e operacional do projeto. Tal seleção foi por meio do Edital nº. 02/2024.

A atuação do IDGlobal se deu de forma colaborativa e em articulação com organizações que atuam junto aos povos envolvidos: a Associação de Difusão Cultural do Canella – ADICUCA, no contexto Kaingang; o Instituto Ixiru Ete – Pai de Todos – Tekoha Laranjeira Nhanderu, junto ao povo Kaiowá; e a Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas – Makira E'ta, junto ao povo Tikuna.

Este livro, ao reunir, em cada língua, documentos de referência para a compreensão e o exercício de direitos, se projeta como uma ferramenta de fortalecimento das práticas interculturais e de valorização das línguas indígenas. Seu propósito não se esgota na publicação, mas se realiza nas múltiplas formas de circulação, uso e apropriação dos conteúdos nos territórios.

Instituto de Direito Global

KANHGÁG KAR AG TU KE VỸ, TU AG

CONVENÇÃO Nº 169 KE TĨ

Tỹ vãnhmãn fã tỷ Organización Internacional tỷ rãnhraj fã,

Já prãn prār kỹ tỷ Genebra tá tỷ Conselho Administrativo tỷ Repartição Internacional tỷ rãnhrāj ân ki vãnhmãn kỹ tỷ kurā tỷ 7 kysā tỷ junho prỹg tỷ 1989, tỷ septuagésima sexta sessão ki;

Vigve kỹ hẽrenkỹ han ge ti ẽmã mág ag mĩ, tugtó kỹ vẽnhmãn kỹ hẽrenkỹ hyn han ra ke ti, tỷ kanhgág kar tribais ag, prỹg tỷ 1957;

To ẽkrén kỹ Declaração Universal tỷ Direitos Humanos rán ja ti, to vãmén kỹ rán ja ti ẽmã mág ag jagmré hej kej ja ti nirejtu tỷ econômicos ti, sociais kar culturais ti, kar to vãmén kỹ rán ja ti ẽmã mág ag jagmré hej kej ja ti, nirejtu tỷ civis kar Políticosti, kar ẽmã mág ag nén ù e to ẽkrén kỹ ránrán ja ti jãmĩ, ke măn tũ nĩn jé discriminação ti;

Ver to ẽkrén kỹ ti há keja ti nirejtu tỷ internacional ti, prỹg tỷ 1957 kar ver nén ù tóg tỷ ù keja ti kri kanhgág ag mỹ, kar tribais tỷ ẽmã mág kar mĩ ke ag tóg mỹ ge vỹ ke tỉ, nén ù tỷ internacionais ránrán tãg hyn han jé, normas ránrán vén ja ân tỷ tũ ken jé;

Ken kỹ tóg nỹj kar hej ken jé, kanhgág ag vėsóki ag tỷ nén ù tarĩr jé insti-tuições ti, kar ag hãrenkỹ mũj há ti, kar ver ag hẽrenkỹ ag krā jãnjan ge ti, ken kỹ nỹn jé kar tỷ tar ken jé, ag jyjy ti, ag vỹ ti, kar ag Tupẽ vỹ tój fã ti, ẽmã tỷ Estado tá ẽmãn kỹ nỹtĩ ân tá;

Vigve kỹ tugnỹm kỹ tãmĩ ga mág kri, kanhgág ù ag mỹ pi nirejtu humanos fundamentais tĩgtĩ, tãmĩ ù ag rike han kỹ ag ẽmã tỷ Estado tá ẽmãn kỹ nỹtĩ ân tá, kar tỷ leis ti, ag nén ù han fã ti ag vỹ mré, ag hẽrenkỹ mũj fã, kar nén ù kar ki, ag tóg ag ki kunũnh tĩ;

To êkrén k̄y kanhgág ag tavĩn m̄y, kar tribais e ag jag cultura ù ag, jagmré há kar ver ga kri nãn mág ki nén ù tóg n̄tĩ ãn mré há ke gé, jagmré ke kar ver jagmré kinhra ga mág kar kri;

Vigve k̄y hyn han k̄y ránrán ja ãn ti jagmré t̄y Nações Unidas ti, kar ver Organização t̄y Nações Unidas ti, êkrân fã ag m̄y kar vājãn ti ke gé, t̄y Organização t̄y Nações Unidas ti vênh kanhrânrán fã, kar Ciência kar ver Cultura kar t̄y Organização Mundial t̄y vênh kaga kygtãg ti, ver t̄y Instituto Indigenista Interamericano ti, jag rike han k̄y ag tarĩr fã jagma, to êkrén k̄y vinvin jé hyn han mũn jé t̄y kr̄y ke mã, nén ù hánhár ti, k̄y tóg ken k̄y n̄j ránrán k̄y vin ja ti, kar jagma hyn han jé;

Jagmré hej ke kar nén ù e to êkrén k̄y hyn han jé, tugn̄m k̄y ránrán k̄y n̄tĩ ãn jagtã t̄y Convenção t̄y kanhgág kar ag, kar tribais ag to, 1957 (n.º 107) ti, to vãmén k̄y rán k̄y n̄y ãn t̄y quarto item t̄y sessão ti, kar;

Jagmré hej keja ti tóg t̄y jagma hyn han ge n̄tĩ Convenção Internacional tugn̄m mãn jé Convenção t̄y kanhgág kar ag m̄y kar tribais ag, 1957, ti ken k̄y n̄n jé kurã t̄y 27 kysã t̄y junho pr̄yg t̄y 1989, ken k̄y tóg n̄j mũ Convenção t̄y Povos Indígenas kar Tribais, 1989 hã jagma:

TI JAGTÃ 1 – JYKRE KAR TU KE

VÊNH RÁ TAG KĀKĀ KE NĪ ãN T̄Y 1º KE

1. T̄y convenção tag tóg tag han jé ke nĩ:

a) t̄y jagmré tribais êmã mág t̄y vêsóki ag pir m̄y n̄tĩ ãn ag tóg, ag hērenk̄y n̄tĩ ti, kar ag nén ù han fã ti, kar ag hērenk̄y jēnkamu vej fã ti, ven tóg tĩ ag t̄y ù n̄tĩ ti tãmĩ êmã mág ù ag ve k̄y, ag jagma mũj fã ti, ti kar ki ketũm̄yr ti jagtã jagma, ag costume mũ mũj fã ãn jagma ketũm̄yr ag ùn si ag mré kanhrânrán ja jagma, kar ketũm̄yr rán k̄y fĩ ja ãn jagma;

b) tỹ povos êmã mág tỹ vêsóki ag pir mỹ nỹtĩ ãn ag mỹ, tỹ kanhgág nỹtĩ ag tỹ munmur kỹ ti si ag mũa mĩ nỹtĩn ãn ag, êmã mág ketũmỹr tãmĩ êmã kêsir ù mĩ, fóg ag ki junjun mũn ketũmỹr colonização kã, kar ga fȳr ránrán jagma ùri fronteiras estatais ke tĩ, hãra ver papé ki rán kỹ jagma ken kỹ nỹn kỹ jurídica ki, hyn han kỹ vin kỹ tóg nỹtĩ ag instituição social ti, ag jẽnkamũ vej fã ti, ag hẽrenkỹ mũj fã ti, kar ag hẽrenkỹ jag mré êkrén kỹ vãmén kỹ nén ù hyn han fã ti, ti kar ki ketũmỹr ti jagtã ki.

2. Nón êkrén kỹ tỹ kanhgág ag ketũmỹr tribal ag mỹ, ken kỹ tóg nỹ pẽ nỹj nén ù rán vén ja ti, grupo ù ag mỹ ke pẽ Convenção ki rán ja ti.

3. Ag to “povos” kej fã ti vẽnhrá tỹ Convenção jagma, pi ken kỹ nỹj to êkrén vẽn mỹ han jé nén ù tũ to, nirejtu jagma, tugnỹm kỹ vẽnhvĩ tag ti nirejtu internacional kãki.

VỄNHRÁ TAG KÃKÃ KE NĨ ãN TỸ 2º

1. Pã`i tỹ governos ag mỹ tóg ken kỹ nỹj ag hyn han jé, jagmré vãmén kỹ povos ag nén ù han sór mũ ti, to êkrén kỹ mĩ hã hyn han jé, ve kỹ nirejtu jagfȳ tarĩr jé, ti ken kỹ nỹn jé, ù tóg povos ag vóg vẽn mỹ han tũ nĩn jé nén ù kar ki.

2. Nén ù hyn han ge tag tóg tag mré ken kỹ nỹj jagma han jé:

a) ken kỹ nỹn jé ù tỹ povos ag mỹ, jag hã rike han kỹ, jag nirejtu ki kar nén ù ven jé, tỹ legislação tỹ êmã mág kãki rán kỹ fi jan ki, kar ver população ù ag mỹ ke gẽ;

b) hyn han jé ti kar ki nirejtu sociais ti, to nén ù tỹ jẽnkamũ vej fã ti, hẽrenkỹ mũj fã tỹ povos ag, mỹ nén ù vẽn mỹ tó mẽ ag identidade social kar cultural ti, ag hẽrenkỹ mũj fã ti kar mré ti si ag mỹ ge keja han fã ti, kar ag instituições ti;

c) jagtân jé povos jagfy, ûn hyn han sór mũ ag, tỹ tũ ken jé jag ve kỹ tỹ ù nĩ nỹtĩ ag jênkamu tugnĩn, kanhgág ag kãmĩ hêre kemũn nỹtĩ ãn ag, kar ver ù ag ke gé êmã mág kãki, ag hêrenkỹ nỹtĩj fã ãn jagma.

VÊNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĨ ãN TỸ 3° KE

1. Tỹ povos kanhgág mré tribais ag, ag mỹ tóg ken kỹ nỹj nirejtu humanos ti, kar ag mũj há mũ mũn jé, ne tóg ag tỹ krỹg ke mã, kar ag mỹ vỹ vênh mỹ han tũ nĩn jé, ag tỹ kanhgág tugnĩn. Convenção rá tag jagma mũn jé, mỹ vỹ vênh mỹ han tũ nĩn jé ti kar fi mỹ povos tag ag mỹ.

2. Pi hêremũn ke tĩj to nĩgãn vênh mỹ han kar mũmãg ti, tỹ nirejtu humanos kar ver liberdades fundamentais ti, tỹ povos ag han sór mũ ti, kar nirejtu kar tóg ránrán kỹ nỹtĩ ti Convenção tag kãki.

VÊNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĨ ãN TỸ 4° KE

1. Jagma hyn han jé tỹ nén ù ránrán ja ti, jé ke pẽ ãn ti, ù tóg ù tỹ hênrike vênh mỹ han tũ nĩn jé, tỹ instituições ti, vênh tỹ nén ù ti, tỹ ti si ag mũj fã mũ mũ ãn ag, kar nén ù kar ki nãn tarĩ jé ùn han sór mũ mỹ.

2. Tỹ nén ù ránrán ja to mỹ ke pẽ ãn ti, pi kato ke nỹj ag nén ù to êkrén kỹ hyn han sór mũ ti, povos ag.

3. Jagma ken kỹ nỹn jé, tỹ hênrike vênh mỹ han mã, nirejtu gerais tỹ vênh kar tũ ti, kar tỹ cidadania ki, pi ne tỹ hêrej ke nĩ vênhrá tag tugnĩn.

VÊNHRÁ TAG KÁKÁ KE NĨ ĂN TỸ 5° KE

Tag mĩ hyn han gen kỹ Convenção ki ránrán kỹ nỹtĩ ăn ti:

a) ken kỹ tóg nỹj ke nĩ, kar vóg tũ nĩn jé vênh tỹ nén ù há ti, tỹ nén ù kinhra ăn ti kar hyn han fã ti, ti si ag mỹ ge keja jagma mũj fã ti, Tupê vỹ tój sór mũ ti, kar povos ag jagrê pê to kej fã ti, năn mág jagfy nén ù tóg hênrike mamũ kỹ venven jé, jagmré ti kar ki ketũmỹr ùn pĩr ti;

b) ken kỹ tóg nỹj ke nĩ, mỹ vỹ kar vóg vênhmỹ han mã, ag mĩ mũj fã kar hynhan fã ti, kar ag tỹ nén ù tỹ instituições ti povos ag tũ ti;

c) hyn han ge tóg nỹtĩ, jagmré to êkrén kar vămén kỹ povos ag tỹ han sór mũn mỹ, hyn han jé mỹ, nén ù vênh mỹ kufy tỹ kênhyv ken jé, povos tag ag nén ù vênh mỹ vigvej fã ti, ag kejăn hãrikemũn nén ù ki hyn han sór kỹ, rãnrhãj fã ki.

VÊNHRÁ TAG KÁKÁ KE NĨ ĂN TỸ 6° KE

1. Tag mĩ hyn han gen kỹ Convenção ki ránrán kỹ nỹtĩ ăn ti Pã'i tỹ governos ag tóg:

a) povos ag han sór mũ ag ki âmãj ke nĩ, to êkrén kỹ han há han jé, kar ùn pĩr mỹ, instituições tỹ ag jagfy nỹtĩ ăn jagma, kejăn nén ù hynhan sór kỹ, legislativas ketũmỹr administrativas ag jag hã nón nén ù vênh mỹ tỹ hênrikej sór mũ ti ag tỹ;

b) vinvin jé, nén ù kar ki povos ag hyn han sór kỹ jagmré to êkrén jé, jag rike han kỹ população ù ag kóm ti kar jagma, ag jagmré hej ke fãn gen jé, tỹ instituições ki ketũmỹr organismos administrativos ki, kar nén ù ki tỹ políticas kar programas tóg mỹ ke ti;

c) Vínvin jé, nén ù ki to êkrén kỹ desenvolvimento ti tỹ instituições kar povos ag hyn han vén ja ti, tỹ nén ù ki ag tũ pã ti, ag mỹ vigven jé nén ù ti hã mỹ.

2. Ag ki ãmã vén ja ãn ti Convenção ki, hyn han ge ag tóg nĩ nén ù há to êkrén kỹ ag mỹ, to êkrén kar vãmén kỹ jagmré hej ke fãn jé, nén ù hyn han sór mũ ãn ti.

VËNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĨ ãN TỸ 7° KE

1. Tỹ povos ag hyn han sór mũ ag tóg nirejtu nỹtĩ mũ, ag kuprêg jé ag jykre hyn han sór mũ ti desenvolvimento jagma, ag hêrenkỹ nỹtĩ ãn ve kỹ, Tupê vỹ kar nén ù to êkrén kỹ kri fĩj fã ti, instituições ki kar jagrê kãnhmég mré há nỹ fã ti, kar ver ga kri nỹtĩ kỹ nén ù krãkrãn fã ti, kar tarĩr jé ag hêrenkỹ nỹtĩ fã ti desenvolvimento econômico ki, social ki, kar hêrenkỹ mũj fã ti cultural ki. Kar ver, povos tag ag tóg ag mré rãnrãn, kỹ hyn han kar tugnỹm ge nỹtĩ, nén to êkrén ja ãn ti êmã mág kar êmã kêsir kãki desenvolvimento ti, ag mỹ ke pẽ ãn ti.

2. Ag mỹ tỹ há ken jé ag nỹtĩj fã mũ kar ag rãnrãj fã tá, kar vênh kaga kytãg fã tỹ mág gen jé mré vênh kanhrãn fã ti povos ag tỹ hyn han sór mũ ag mỹ, jagmré vigve kỹ ag tóg hyn han ge nĩ, hãra ag tóg hã to êkrén kỹ hynhan vén ge nĩ vênh kar mỹ ag nỹtĩ ãn mũ. Tỹ nén ù há hyn han ja ãn ti êmã kêsir mũ, kar ver to êkrén há han kỹ vínvin jé tỹ há ken jé.

3. Pã`i tỹ governos ag tóg tarĩr ke nỹtĩ, kejãn, hyn han jé to kanhrãnran jé povos ag jagmré hyn han sór mũ ti, nón êkrén kỹ tugnỹm jé nén ù vênh mỹ ãn ti, jagrê kãnhmég vỹ kri fĩj fã espi-ritual ti kar hêrenkỹ kófa ag mũja mũ mũj fã cultural ti, kar nãn mág to êkrén kỹ nén ù há hyn han ti ke gé, povos tag ag mỹ. To vênh kanhrãn ja tag jé ken kỹ nỹg tĩ nén ù to vãmén ja tag kãki.

4. Pã`i tỹ governos ag tóg hyn han kỹ rãnrãn kỹ vín ge nỹtĩ, to êkrén kỹ jagmré povos tỹ hyn han sór mũ ag mỹ, tarĩr jé ù tóg vóg tũ nĩn jé nãn mág tỹ ag ga kri nỹtĩ ãn tá.

VÊNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĨ ĀN TỸ 8° KE

1. Kanhgág mỹ han ge ăn hyn han ag vỹ ag costumes, ag tỹ vyr-mỹ han ge ăn tugnỹm ke nỹtĩ.
2. Kanhgág ag vỹ ag nén han fã ăn hyn han mũ kar ag instituições ti, ti tỹ ẽmã kăki han ge ăn katutẽ nĩ tũn kỹ. Nén ù tỹ hânrike kỹ ag vỹ procedimentos ù hyn han mũ ag tỹ ag jykre tỹ pir ke jé.
3. Parágrafos 1 kar 2 ty rán kỹ nĩ ăn pi kanhgág ag tỹ fóg ag direito rike nỹtĩ tỹ tũ kej.

VÊNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĨ ĀN TỸ 9° KE

1. Nén ù tỹ kanhgág ag ki hânrike kỹ, ẽmã kăki han ge ăn nón, ag vỹ kanhgág ag tỹ hârenkỹ mré kej fã ăn tugnỹm.
2. Û tỹ nén ù tỹ hânrike kỹ tribunais mĩ pã'i ag mỹ ke kỹ, tag ag vỹ kanhgág ag tỹ hârenkỹ nón vej fã tugnỹm vén mũ.

VÊNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĨ ĀN TỸ 10 KE

1. Ễmã kăki han ge ăn tỹ kanhgág ù kăgmĩ kỹ, ag vỹ ti tỹ tỹ nén ù ăn tugnỹm, condições econômicas, sociais kar culturais ti, ag tỹ kar ti mỹ lei han jé.
2. Vỹrmỹ vỹ kanhgág tỹ nén ù tỹ hânrike jé ăn tỹ hârenkỹ kajãm ke ăn jé han ge ù ti.

VÊNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĨ ĀN TỸ 11 KE

Kanhgág ag pi fóg ag kóm, ag nén ù han jé tugnĩn rânhrăj, ty ti kaja nĩ vỹ, hãra ẽmã kăki han ge ăn tỹ tag tỹ ti kar mỹ ke nĩ, ken hã vỹ han mũ.

VĚNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĪ ĀN TỸ 12 KE

Kanhgág kar vỹ ti direito jávāj jé há nỹtĩ. Ag tỹ ũ to processo han sór kỹ, pĩr mỹ mỹ ketũn mỹr ũ tỹ vỹ jo fąg sór kỹ. Nén ũ han jé ag tóg ti kar ti direito kar ân kinhra nỹtĩ jé, kar ag kinhrąg tũn kỹ vỹ ag intérprete nĩ mũ gé.

TI JAGTÁ II – GA

VĚNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĪ ĀN TỸ 13 KE

1. Ga to vămén kỹ pã'i mág tỹ governo ag vỹ ga tỹ kanhgág mỹ nén kar kăfór nĩ ân tugnỹm ke nỹtĩ, ag cultura kar ag jagrê ân to, kar ti kar tỹ kri nỹtĩ tugnĩn.

2. Artigos 15 kar 16 ki “ga” ke kỹ nĩ vỹ tỹ kanhgág nỹtĩ jé mĩ ke kar ân nĩ.

VĚNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĪ ĀN TỸ 14 KE

1. Kanhgág kar vỹ ti nỹtĩ jé mĩ direito nỹtĩ. Ag nỹtĩ jé mĩ ti kar vỹ kirĩr mũ, ag ty nỹtĩ tũ ra. Ũn mũj fã kar êkrênkrên fã itinerantes ag mré hã tỹ tugnỹm há nĩ.

2. Pã'i mág tỹ governo ag vỹ kanhgág ag nỹtĩ mĩ tugnỹm kar kirĩr ke nỹtĩ, ag tỹ ki direito nỹtĩ jé.

3. Han ge ân vỹ ke nĩj ke nĩ, kanhgág ag tỹ ag ga to rará jé, kar ag tỹ ser kunũ jé.

VĚNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĪ ĀN TỸ 15 KE

1. Kanhgág ag ga kăki ag tỹ recursos naturais vóg jé direitos especiais nỹtĩ. Recursos tag tỹ ne han ke ân, administrados kar

conservados ăn mré hă ag vỹ vej mũ.

2. Recursos tag tỹ Estado ga kăkă nũn kỹ pă'i mág tỹ governo vỹ kanhgág ag mré to vēmén mũ, ti tỹ tag tỹ ag kă'ũ tỹ hărej vãnh ăn ve jé. Kanhgág ag vỹ beneficios kar compensação măn mũ, recurso kunũnh tag tỹ ag tỹ hărej hán kỹ.

VĚNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĪ ĀN TỸ 16 KE

1. Ũ pi kanhgág ag tỹ ga kăki nỹtĩ ki ag nũj ke nĩ.

2. Ũ tỹ kanhgág ag nỹtĩ jé ki ag nũj sór kỹ vỹ ag kar ne tó ăn mă vémé ke nĩ. Tỹ hărenkỹ kỹ ag nũj ke tũn kỹ vỹ ser procedimentos legais to měj, consultas públicas kar ũ tỹ ag jo jă ăn ti.

3. Kanhgág ag vỹ ag tỹ ga ty pa jé ăn ra vỹnvỹn ke măn sór kỹ vỹnvỹn kej, nén tỹ ty ag pa han jé ăn tỹ katy ken kỹ.

4. Kanhgág ag tỹ hărenkỹ ag ga ra vỹnvỹn ke măn ke tũn kỹ, ag vỹ ga kri ag vin ke nỹtĩ, kar ag direito si ăn hă mré, ag tỹ jatun mỹ ty mogmog nỹtĩ jé. Ag tỹ ken kỹ ag vỹ indenização măn mũ, jěnkamũ ketũn mỹr nén ũ há kar ăn, ag tỹ jatun mỹ ty nỹtĩn jé.

5. Kanhgág ag tỹ văre ũ ra kagy jé ag vỹ indenização măn mũ, ag nén ũ kar krenkren jé ăn nón, ag tỹ ag tỹ nén ũ rĩnh mũ ăn kă.

VĚNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĪ ĀN TỸ 17 KE

1. Kanhgág ag vỹ direito nỹtĩ, ag tỹ hărenkỹ ag mré nỹtĩ ăn mỹ ga sĩ pipin ke ăn vej mũ.

2. Fóg tỹ kanhgág ga măn sór kỹ vỹ kanhgág ag tỹ ty nỹtĩ ăn ag mré vĩ vén ke nĩ.

3. Tãmĩ ke ù pi kanhgág costumes kar ag tỹ han ge ăn ki kagtĩg tugnĩn ag ga kirã sór ke nĩ.

VÊNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĨ ĂN TỸ 18 KE

Han ge ăn vỹ ù tỹ to vĩ mã kanhgág ga kirã mũ ăn tỹ kajãm han. Pã'i mág tỹ governo vỹ nén ù han mũ, nén ù tỹ ge ke tũ nĩ jé.

VÊNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĨ ĂN TỸ 19 KE

Êmã mág kãki programas agrários vỹ kanhgág ag tỹ ti kar kóm beneficios kar oportunidades nỹĩ jé:

- a) ag mỹ ga mág tuvãj, ag tỹ ty mogmog kỹ ag krẽ jẽ'ỹn ỹn jé;
- b) ag mỹ recursos kar apoio vin, ag tỹ ag ga mũ nén ù hyn han jé.

TI JAGTĀ III – VÊNH RÂNHRĀJ KE TO KE VÊ

VÊNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĨ ĂN TỸ 20 KE

1. Pã'i mág tỹ governo ag vỹ kanhgág ag mré vej mũ, hãrenkỹ ag rânhrãj ke ăn to, medidas especiais, ù tỹ ag contrata ken kỹ ag mỹ proteção, kar ag rânhrãj ke ty condições ăn to, kar ser han ge ăn tỹ ag ty krỹg vãn h nĩn kỹ.

2. Pã'i mág tỹ governo vỹ nén kar han ke nĩ ù tỹ discriminação mǎg tũ jé, kanhgág kar ù tỹ rânhrãj nỹĩ ăn ag, hã kỹ vỹ:

- a) kanhgág ag tỹ fóg ag kóm rânhrãj jé oportunidade ăn hãri-ke nỹĩ jé, cargos qualificados, chances de promoção kar ag carreira ki mogmog jé;

b) kanhgág ag vỹ fóg ag tỹ măn fã hãrike măn, ag tỹ ag rãnh-rāj hã han nỹtĩn kỹ;

c) kanhgág ag vỹ ag rãnhrāj jé ty atendimento médico kar social, segurança kag rãnhrāj kãki higiene, seguridade social ki benefícios kar ăn kar nĩg jé há ke gé;

d) kanhgág ag vỹ ù mré se associa kej mũ, atividades sindicais ki ag vỹ gej mũ gé kar ag vỹ ù tỹ ag emprega jé mré acordos coletivos hyn han ketũn mỹr patrão ag mré associação ke gé.

3. Medidas tag ag vỹ gen kỹ nỹj mũ:

a) ùn tỹ sĩ ke gej fã ag, ar ù ag tỹ temporário ki rãnhrāj mũ ag vỹ eventuais kar ser ù tỹ tãmĩ rãnhrāj kãmũ kej fã ag empregado kar ser empreiteiro ù tỹ ag nĩgé tỹ rãnhrāj fã ag tỹ legislação nacional kãki rán ka nỹj mũ gé vỹrmỹ ag direito tu legislação trabalhista kãki acordo ẽn tu jykrén kỹ;

b) ùn rãnhrāj mũ ag vỹ tỹ povo ta vãnh vãnhrāj kórég kar ùn jagy ẽg saúde mỹ ketũ nĩ ka ùn tóxico ẽn mré kegé;

c) ù tỹ rãnhrāj mũ ag pi tỹ povo tỹ véké ù mỹ rãnhrāj fã nỹtĩ, ag pi ag névi tugnĩn véké ù mỹ rãnhrāj ke nĩ gé;

d) ùn rãnhrāj mũ kar ag vỹ tỹ povo ta ti kar rike nỹtĩ, vãnh rãnhrāj kar vỹ tỹ ti kar mỹ ke nỹtĩ gé; ùn gré kar ùn tẽtá fag vỹ emprego ki jag rike kar nỹtĩj ke nĩ.

4. Vãnh rãnhrāj adquadro ta tu jykrén ge nĩ, kar ù tỹ kãmĩ tarĩr mũj ke mũ ag, ka ù tỹ rãnhrāj mũ ag tỹ jatun mỹ ag salário tugnĩn rãnhrāj há han mũ kar tỹ tu rán ka nỹj gé convenção tag kãki.

KUVAR MĨ RÃNHRÃJ MŨJ FÃ TU KE

VÊNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĨ ĀN TỸ 21 KE

Povo kāmĩ ù tỹ ti kanhró jé mǎn rǎnhrāj sor mũ ên vỹ ti kar mré kar cida-dãos ag mré jag rike han kỹ kirāj mũ.

VÊNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĨ ĀN TỸ 22 KE

1. Medida ù vejé ag tóg ag tỹ han sór kỹ kar ag tỹ mré ke sór mũ ên ti, kar povo kǎki ù tỹ interessado ên tỹ vênh han sór kỹ profissionalmente ki, jag rike nĩj.

2. Kejên programa ta ken kỹ tóg ti kar mỹ há nĩjé han kỹ nĩj ke nĩ, kar tóg ùn necessidades especiais tu akrén ge nĩ gé povo kar ta ser han jê, ven ka tỹ nĩm ge nĩ programa tag kǎki formação tu.

3. Programa ta ag tỹ economia tu ãkrén kỹ han kar vênh kar tu jykrén ge nỹ povo tỹ han sór mũ ên mỹ, kar ag tóg ag mré vǎmén vén ge nĩ gé, kỹ ag ser vêsóki tu jykrén ge nỹtĩ gé ti hǎren kỹ kej ke ên to, ag kinhra nỹtĩ jé.

VÊNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĨ ĀN TỸ 23 KE

1. Nĩgé tỹ hár kar indústrias tỹ jag mré han fǎ tỹ povo ta han sór mũ mỹ nén ù vej mũ, mỹr ag tỹ hǎ tu nén ù vég'gemỹ, sê tǎnh, krêkufár tǎnh, krêgnỹg kar ser ag nén ù jǎkruj fǎ tu, ag tóg desenvolvimento econômico ù tu jykrén ge nỹ tĩ. Mỹr ag tỹ ag kultura hǎ mré tỹ ke vê, kỹ governo tỹ han kej ke nĩ gé ag tỹ tu vǎsǎnsǎn jé.

2. Povo tỹ tuvĩ kỹ han sór mũ ên mỹ ag tóg ta sér kejke nỹtĩ, ti há nĩn kỹ kar tóg ag assistência nĩm mũ gé, ag tỹ ag tradição kǎki mré ke nỹtĩn kỹ, mỹr ag tỹ ag kultura kinhra nỹtĩ gé, ka tỹ ti mỹ ki hǎ ke nỹj mũ ser, ag vóg kar hǎ tu equitativo tag tỹ kǎpǎn nĩj mũ ser.

TI JAGTÁ V

JAGNĀ KIRĪR KAR VĒNH KAGA KĀGMĪ TŪ NĪ JÉ

VĒNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĪ ĀN TỸ 24 KE

Ag nén han mũ tỹ social kăki tỹ téj kemăn jagăpăn povo han sór mũ ěn mỹ, jag năvэг mũ kă.

VĒNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĪ ĀN TỸ 25 KE

1. Governo tỹ zelar kej kenĩ, kar tóg vin há han ge nĩ ti tỹ povo tỹ han sór mũ ěn mỹ saúde pir nĩn jé kar hă kăki nỹj mũ gé, povo tỹ vĕnh vin há han jé, ti tỹ ag tũ pĕ nĩn jé kar ag tỹ vĕsókı ki hă han jé, ag há kar kăki kar jykre ti.

2. Saúde ki rănhrăj tag tu jykrén há han kỹ vin ge nĩ, ti kar tu jykrén kỹ, kar tóg hăren kỹ há han ge nĩ, ũ tỹ kige sór mũ ěn mỹ, ag kinhra nỹ tĩn jé cultura kar economia social kăki, kar tóg nén ũ ũ tu jykrén vĕnh prevenir ken jé, vĕnhkagta năn kămi keti.

3. Comunidade kar ki rănhrăj jé sistema ta sanitário jy nỹtĩ ag vurmỹ ag formação nĩm genỹ tĩ ag ta ser emprego kige jé kar ag tóg ti kar mũ vej ke nỹtĩ, ag saúde to vĕsăn rike vĕ ser.

4. País kar mũ saúde ki rănhrăj tag coordenada nỹj ke nĩ ti ker mũ, econômica kar cultura kăki kegé.

TI JAGTÁ VI – NÉN Ũ TÓ JÉ VĒNHKANHRĂN

VÊNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĨ ĀN TỸ 26 KE

Nén ũ kar ki tóg medidas han ge nĩ, povo kar kăki ũ tỹ han sór mũ ên mỹ garanti ken jé, venhkanhrân nível kar ki kar tóg jag rike nỹtĩj ke nĩ comu-
nidade nacional kăki.

VÊNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĨ ĀN TỸ 27 KE

1. Vênh kanhrân fã jy programa ta gag tóg povo tỹ han sór mũ ên ag mỹ mũj ke nỹtĩ, kar tóg ag tỹ nén sór mũ ên tỹvĩn jé han ka nỹj, ag tỹ hã kăki vễju jykrén kỹ ag sistema de valores sociais econômica kultura mré ke há nỹtĩ jé.

2. Ũn má ag tóg jynĩ găn ge nỹtĩ, kar ag povo kăki ũ kuprăgprăg ag tỹ kar vênh kanhrânrân programa tag tỹ há ken jê, kar ser povo tỹ ag tỹ nén sór mũ ên kinhra nỹtĩj mũ.

3. Tag kar governo kinhra nỹj mũ, povo ag direito ti, ag tỹ vêsóki nén ũ han jé ser ag vênh kanhrânrân fã pẽ kăki, ag ki jãmă kar, ti tỹ ag mỹ han há nỹn jé ag recurso pẽ kăki tag jé.

VÊNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĨ ĀN TỸ 28 KE

1. Ti tỹ hán kỹ tóg gĩr kanhrânrân ge nĩ gé, povo ta tu vênh mỹ ka kanhgág vî ki ag mỹ ge Ken jé ke tũ nĩka ag e kăki vênh vî tój fã ên ti, hãri mũn tỹ ag mỹ há tũj nỹj ka ag tóg ver ag kijămăj mũ povo ên ki ag medida han kar ag nén han sór mũ ên ki.

2. Medida tỹ han ge nĩgé povo ta ag mỹ, ag tỹ ag vĩ pẽ ke tũ nĩka pais kăki vênh vĩ pir ên kinhrăg sór ka.

3. Adotar kej há tỹ nĩ nén ũ, kanhgág vî tỹ tũ ke tũ nĩjé, kar povo ta han sór mũ ên mỹ, ag tỹ vỹrmỹ han ken jé.

VÊNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĨ ĀN TỸ 29 KE

Nén jé gĩr kanhrân'rân mũ tag tỹ povo han sór mũ ên ag tóg vêsóki ag gĩr kanhrân mũ nén ù kar ki, kar ag tóg jag rike kar nỹtĩj mũ ag nỹtĩ ja kăki kar tãmĩ jamă mág kăki.

VÊNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĨ ĀN TỸ 30 KE

1. Governo ta adotar kej ke nĩ povo tỹ han sór mũ ên ag cultura kar ag tradição kăki ti kar ag mỹ ag direito vem jé, ag mré rânhr-râj jé, economia, educação kar saúde kar ser serviço social kăki.

2. Ag tỹ tag han jé ag vî ki ránrán mũ kar ag tóg vênhr vî jămăj kămĩ tugtój povo kar vî ki.

VÊNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĨ ĀN TỸ 31 KE

Comunidade kar mĩ tóg medidas educativo ju jykrén há nĩ, kar tóg povo tỹ han sór mũ ên ag mỹ direito ù tu jykrén há nĩgê, ag tỹ preconceito tag tỹ tũ ke sór jé kỹ ag tóg tu vêsân'sân mũ kar ag tóg livro kăki ránrán ge tu jykrén mũ gé sociedade kar tỹ tu kinhrăg jé.

TI JAGTĀ VII – ÊMĀ Û MĨ KANHGÁG AG MRÉ JYKRE Û AG JÉ

VÊNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĨ ĀN TỸ 32 KE

Governo tỹ medidas adotar kej mũ tãmĩ ke ag tỹ kinhra nỹtĩn jé povo tỹ kanhgág kar ser tribo kar ta ag país fyr mĩ nỹtĩ tag ag, tu kinhra nỹtĩj mũ ag tỹ jag mré tỹ rĩr jé meio ambiente ti.

TI JAGTĀ VIII – JAGNĀ MRÉ NÉN Û KAR KIRĪR JÉ

VÊNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĨ ĀN TỸ 33 KE

1. Governũ mág ag tóg convenção tag kăki ti kar jy nĩgân ge nỹtĩ povo tỹ han sór mũ ên ag mũ programa jagy tỹ povo tag kăki kăřă tũnĩ jé, kar ser instituição ag tỹ jatun mũ rănhrăj jé.

2. Programa ta ag tỹ kivin ge nĩgê:

a) ũ tỹ tu jykrén kỹ han ge mũ ên kar ũ tỹ vej ke mũ ên, tỹ jag mré tu medida han ge nĩ povo tỹ han sór mũ ta ag mũ convenção kăki;

b) proposta tag tỹ legislativa kăki ũn mág tỹvĩn ag tóg controle han mũ ag tỹ medida ta ag hyn han jé, povo tỹ hyn han sór mũ ên mũ.

TI JAGTĀ TỸ IX – TI KAR TO KE

VÊNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĨ ĀN TỸ 34 KE

Věnh măn tag han jé ěmă kar ag vỹ ne ag ěmă kăki há nỹj ke ân tugnỹm mũ.

VÊNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĨ ĀN TỸ 35 KE

Věnh măn tag pi kunũj kar tỹ sĩ kej ke nĩ, kanhgág ag tỹ han ge ũ mũ nén ũ garanti ke jé ân ti, ag nén to vēmén kar jé ân, ag acordo kar ag nén ũ hyn han fă ân ti.

TI JAGTĀ TỸ X KE – VÊMÉR KRỸG JÉ

VÊNH RÁ TAG KĂKĂ KE NĨ ĂN TỸ 36 KE

Vênh măn tag vỹ prỹg tỹ 1957 kă vênh măn jé ăn tugnỹm kỹ tỹ tẽg ke măn kỹ nĩ.

VÊNH RÁ TAG KĂKĂ KE NĨ ĂN TỸ 37 KE

Êmă ù mỹ Vênh măn tag tỹ hán kỹ vỹ Organização Internacional do Trabalho ty Diretor-Geral mỹ vênh rán kỹ jẽněj mũ ti tỹ ser ti registro han jé.

VÊNH RÁ TAG KĂKĂ KE NĨ ĂN TỸ 38 KE

1. Vênh măn tagki vênhrá tag vỹ êmă ág tỹ Organização Internacional do Trabalho ty Diretor-Geral mỹ registra ke ra ke jé ăn ag hã tỹ han jé ke nĩ.
2. Vênh măn tag vỹ êmă ag tỹ Organização Internacional do Trabalho ty Diretor-Geral mré registra ke kri kysê tỹ 12 kar hã han há nỹj.
3. Tag kar Vênh măn tag vỹ kysê tỹ 12 kar ser vigor ki rãj mũ, Membro ag tỹ registro han kar.

VÊNH RÁ TAG KĂKĂ KE NĨ ĂN TỸ 39 KE

1. Membro ù tỹ Vênh măn tag to, há nĩn han jé sóg, ke kar kutê sór kỹ vỹ prỹg tỹ 10 ke to měj ke nĩ ver. Kỹ vỹ Organização Internacional do Trabalho ty Diretor-Geral mỹ tó vén ke nĩ, hãra ti kutê kỹ vỹ ver prỹg pir tuměj mũ, ti kutê jé registro ăn tỹ ki hã ke jé.
2. Êmă ù tỹ prỹg tỹ 10 ke ty jun mỹr ne tó tũn kỹ Vênh măn ki tó jé tag prỹg tỹ 10 ù to han măn kỹ nỹ mũ gé. Prỹg tỹ 10 ke ty jun kỹ hã vỹ ser ti tỹ ver kãnỹ há ăn vej.

VËNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĨ ĀN TỸ 40 KE

1. Repartição Internacional do Trabalho ki Diretor-Geral da vỹ ěmă kar tỹ ki nỹtĩ ģn ag mỹ vënvĩ fón mũ registro kar to, declarações, denúncias kar ũ tỹ tugvănĥ sór mũ mỹ.

2. Diretor-Geral tỹ ser segunda ratificação han kỹ vỹ ěmă kar ag mỹ kurẽ tỹ ne kă vënh măn tag tỹ ki kroj ke mré ģă tój mũ.

VËNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĨ ĀN TỸ 41 KE

Repartição Internacional do trabalho ty Diretor-Geral vỹ Nações Unidas ag Secretário-Geral mỹ tój mũ ti tỹ ser registro han jé, Nações Unidas ag Carta tỹ artigo 102 ki rán kỹ nĩ ģn nón, ěmă tỹ ne tỹ ki nỹtĩ ģn, ũ tỹ ne tỹ declarações hyn han jé kar ũ tỹ ne tỹ tuvăj jé ģn, ti tỹ ránrán kăn kỹ nỹtĩn jé.

VËNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĨ ĀN TỸ 42 KE

Nén ũ tỹ ģănriken kỹ, Organização Internacional do Trabalho ty Conselho de Administração vỹ vënhrá ũ han mũ, Vënh măn tag tỹ ki ģă ke nĩ ģn to, kỹ vỹ ser tugnỹm kỹ tỹ tễg ke măn, ti jagtă ketũn mỹr ti kar ti.

VËNHRÁ TAG KĀKĀ KE NĨ ĀN TỸ 43 KE

1. Ag tỹ ģăremũn Vënh măn ũ han măn kỹ, tag tugnỹm jé ketũn mỹr tỹ tễg ke jé, han ge ũ tỹ nén ũ tỹ ũ tó nĩ tũn kỹ ag vỹ ser Vënhmăn tễg tag ki tag ģă nón ve:

a) ěmă ũ tỹ Vënh măn tễg tag ģă aceita ken kỹ vỹ ser ti si ki nỹtĩ tag ki kutê pẽ han mũ, Artigo 39 ki nỹtĩ ģn tĩ, kỹ vỹ ũ tễg tag tỹ ser vigor kiră kỹ;

b) vënh măn tễg tỹ ser vigor kiră kar ti si pi ser ne jé ģă nĩ mũ, tũ jé tóg mũ.

2. Vẽnh măn tẽg vỹ ẽmã kar mỹ ki kroj mũ, ag tỹ ũ tẽg kri nỹtĩ tũg mỹr.

VÊNH RÁ TAG KÃKÃ KE NĨ ÃN TỸ 44 KE

Vẽnh măn tag to vẽnh rá vỹ tỹ jagnã hã kar nĩ inglês kar francês ag ví ki.

TAG KI VỸ OIT KÃKI KEN NỸJ MŨ, KANHGÁG KAR TRIBAIS AG TU

Organização Internacional do Trabalho ag vỹ ti kar vẽnh măn mũ,

Ag tỹ prỹg tỹ 1989 kã kanhgág to Vẽnh măn kỹ rán jé ãn to vẽmẽn jé,

Ag tỹ kanhgág kar ti nỹtĩ há han kỹ nỹtĩ ãn ve kar vin há han jé, prỹg tỹ 1957 kã Vẽnh măn jé ãn kar,

Kinh rãg ag tóg, ẽmã kar mĩ kanhgág tỹ nỹtĩ ãn tỹ ẽmã ki nẽn ũ há han fã ãn ti, ag tỹ ag hyn han fã tỹ ti kar mỹ vinvẽn ke to vãsãnsãn nỹtĩ ãn ti,

Kỹ ag vỹ ag tar tỹ vẽnh măn tag ki han ge tag vin mũ.

Ễmã kãki ne han ke

1. Estados-membros ag tỹ Vẽnh măn rá tag kri nỹtĩ to furũn jé, ne han ke ãn han jé kar han ge ãn tỹ kãnĩ ãn ki hã han sór ke.

2. Pã'i mág tỹ governo ag mỹ tỹ organizações kar instituições nacionais kar regionais ag mré ag jykre kri nỹtĩg ke mũ, Vẽnh măn tag tỹ ki hã ke jé.

3. Pã'i mág tỹ governo ag mỹ tỹ vẽnh rãnh rãj vinvej fã ag mré kanhgág ag jo organizações kar instituições ag vẽmẽn Vẽnh măn tag to, ke mũ, kanhgág ag tỹ ag jykre tugtó jé gé Vẽnh măn tag to.

4. Pã'i mág tỹ governo ag mỹ tỹ vãnh rânhrāj vinvej fã ag mré kanhgág ag jo organizações kar instituições ag tỹ kanhgág ag mré programa educacionais hyn han jé, ag tỹ ki Vãnh măn tag tugtó jé ti kar mỹ, programa tage tỹ há nĩ gế:

a) ne tugnĩn Vênh măn tag tỹ han kỹ nĩ ăn rânran ki, ti kar tỹ kinhra nỹtĩ jế;

b) kânhrmar tugtó măn kej ke, Vênh măn kỹ rán jế tỹ ki hã nĩ ăn ti;

c) vãnh măn kỹ seminários hyn han ke, tãmĩ ẽmã ù mĩ ke tỹ kri jăgjăg sór jế kar han ge ăn tỹ ki nỹtĩ ăn tó jế.

Tãmĩ ẽmã kar mĩ ne han ke

5. Organizações Internacionais ag tỹ Vênh măn tag ki nỹtĩ ag kar ù tỹ ver ki nỹtĩ tũ ag mỹ tỹ kur ẽg mré han sór, ke mũ, recurso tỹ kãnĩ ăn nón, ẽg tỹ Vênh măn tag kãi ne han ke tỹ rán kỹ nĩ ăn han jế, ke mũ. Kar vỹ Organização Internacional do Trabalho mỹ kur ẽg mré to văsăn ẽg tỹ ki hã han jế, ke mũ.

OIT tỹ ne han ke

6. Conselho de administração da Organização Internacional do Trabalho mỹ tỹ Diretor-Geral mỹ kem nĩ jênkamũ sĩ tỹ kãnĩn ăn tỹ Vênh măn tag apoia ke jế, ke mũ, kar tỹ ti mỹ, recurso ù tũvũm nĩ, orçamento han kỹ, ne jế ke tag tỹ ki hã han jế:

a) ẽmã kar ag tỹ kri nỹtĩg jế Vênh măn jế tag rá ti, kar ti kar ki hã hynhan nỹtĩ ăn tugnỹm jế;

b) pã'i mág tỹ governo ag juna ke jế Vênh măn tag tỹ ki hã ke jế, kar ẽmã kar mĩ kanhgág tỹ nỹtĩ kar ăn tỹ ag mré ve jế;

c) organizações ag tỹ kanhgág ag jo nỹtĩ ăn ag mỹ vẽnvi kar tó jế ke kar ag kanhrănăn jế Vênh măn tag kar ăn mĩnvênh măn ù to,

kar ag tỹ ti kar mré vēmén kỹ kanhrânran kar ag jykre jé;

d) pã'i mág tỹ governo tỹ organizações de empregadores kar trabalhadores ag mré vēmén ãn tỹ tar kej ke Vēnh mǎn tag to, organizações ag tỹ kanhgág ag jo nỹtĩ ag tỹ ag mré to vēmén jé gé;

e) vyrmỹ kurē há ve ke kar OIT ti Constituição ki artigo 19 ki ke nĩ ãn han jé, ěmã kar mĩ nén ũ kar ãn levantamento han jé, ag tỹ hãrenkỹ vēnh mǎn tugnỹm mǎn jé tag hynhan jé ãn ti;

f) kanhgág ag nỹtĩ há han kỹ nỹtĩ tugnỹm jé, tugnỹm kar nén ũ kar mĩ tugtó jé, ěmã ũ mĩ ti hãre ãn nón ve kar;

g) kanhgág mỹ programas kar projetos há hyn han ke, ũ tỹ jagēgtar tỹvĩ ãn, kókĩnkĩr mũ ãn, kar ũ tỹ vēnh rãnrãj jã-vãnh mỹ vé nỹtĩ ãn mỹ. Programa tag kãki vỹ ag mỹ emprego vinve jé ke nỹ ag tỹ renda nỹtĩ jé, ag ãpỹ tỹ há tĩ jé, curso de formação, ag vāgfỹ to nén vej ke ãn kar indústrias kēsir, obras públicas kar ag tỹ tecnologia vugvóg fã jé. Tag jé financiamento vỹ OIT ti orçamento ty kótĩg kar recursos internacionais ty ke gé.

Vēnh mǎn tag rá vỹ prỹg tỹ 1989 ti kysē tỹ junho ti kurē tỹ 26 kã aprovada vyr, ag tỹ Conferência Internacional do Trabalho han mũ ãn kã, sessão tỹ 76ª kãki.

RECONHECIMENTO AOS INDÍGENAS QUE PARTICIPARAM DAS TRADUÇÕES

Ademir Garcia: indígena do povo Kaingang. Graduando em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador do Instituto de Direito Global (IDGlobal), atuando no Programa Língua Indígena Viva no Direito (LIVD). Participa da tradução de documentos jurídicos, como a Constituição Federal de 1988, a Convenção nº 169 da OIT e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Foi professor da língua Kaingang e atua como tradutor da língua.

Atos Fermin Vasques: indígena do povo Tikuna. Professor efetivo. Graduado em Antropologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em Pedagogia Intercultural pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e em Teologia pelo CFTBN. Possui pós-graduações nas áreas de Educação, Saúde e Saberes Tradicionais pela UEA. Atua como gestor escolar indígena, com forte compromisso com a educação diferenciada e a valorização dos saberes tradicionais. É liderança ativa no movimento indígena do Alto Solimões, integrando a CGTT, onde contribui na defesa dos direitos dos povos indígenas e no fortalecimento das comunidades. Em 2025 e 2026, atuou como tradutor da Constituição Federal de 1988, contribuindo para a acessibilidade do texto constitucional às comunidades indígenas.

Bernabé Bitencourt Serra: indígena do povo Tikuna. Mestre em Linguística e Línguas Indígenas pelo Museu Nacional/UFRJ. Graduado em Pedagogia Intercultural Indígena pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Atualmente é professor da Escola Municipal Indígena Santos Dumont, na Comunidade Indígena Tikuna Bom Intento I, no município de Benjamin Constant (AM).

Celestial Kri da Silva: indígena do povo Kaingang. Professor de História e Geografia na EIEB Sã Ty Kó, Aldeia Kondá. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Comunitária de Chapecó (Unochapecó) e pós-graduado pela mesma instituição.

Elizabeni Barbosa: indígena do povo Kaiowá. Tradutora e professora da Aldeia Laranjeira Nhanderu. Graduada em Matemática pela Licenciatura

ra Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD/FAIND). Trabalha com séries iniciais e ensino médio.

Geniniana Barbosa Almeida Pedro: indígena do povo Kaiowá. Graduada na área de Ciências da Natureza pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e no curso Ara Vera Normal Médio Intercultural Indígena, na área de Linguagem. Contou com o auxílio de Adelina Pedro de Almeida na tradução em Kaiowá.

Jeronimo Franco da Silva: indígena do povo Kaiowá. Liderança da Aldeia Amambai Tekoha Pandui, Mato Grosso do Sul.

Jhelice Franco da Silva: indígena do povo Kaiowá. Graduanda em Direito pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), unidade de Naviraí. Pesquisadora do Instituto de Direito Global (IDGlobal), integrando o Programa Língua Indígena Viva no Direito (LIVD). Participa da tradução de documentos jurídicos, como a Constituição Federal de 1988, a Convenção nº 169 da OIT e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Desenvolve estudos voltados aos direitos indígenas e às questões socioambientais, integrando grupo de pesquisa sobre conflitos socioambientais e a Rede de Apoio e Incentivo Socioambiental (RAIS).

Jocemar Kovenh Garcia: indígena do povo Kaingang. Residente na Terra Indígena Nonoai (RS). Graduado em Licenciatura Intercultural Indígena pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua como educador, tradutor e agente cultural, com experiência na revisão e correção de traduções para a língua Kaingang, incluindo textos jurídicos. Desenvolve atividades ligadas à valorização dos saberes tradicionais, sendo liderança espiritual (kujã) e participante de iniciativas culturais, produções audiovisuais e projetos de fortalecimento linguístico e comunitário.

Jucemari Mĩnká da Silva Corrêa: indígena do povo Kaingang. Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pelo Centro Universitário IDEAU – Unidade Getúlio Vargas (RS). Especialista em Educação Interdisciplinar pela mesma instituição e mestranda em Educação em Políticas e Gestão de Processos Educacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Kesia Mûtê: indígena do povo Kaingang. Professora. Graduada em Ciências da Natureza pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim (RS) e mestranda em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Chapecó (RS).

Kunha Yvoty (Lúcia Assis Morais): indígena do povo Kaiowá. Rezadora, Nhande Sy conhecedora dos saberes tradicionais do povo Kaiowá, artesã e parteira tradicional da Aldeia Amambai Tekoha Pandui, Mato Grosso do Sul.

Leonel Kâka Caetano Chaves: indígena do povo Kaingang. Professor. Graduado em Administração em Processos Gerenciais pela Faculdade Educacional da Lapa (FAEL). Especialista em Gestão Hospitalar pela mesma instituição e especialista em Gestão Escolar, Orientação e Supervisão pela Uniasselvi.

Lileia Pedro de Almeida: indígena do povo Kaiowá. Liderança e mulher ativista do movimento indígena do Mato Grosso do Sul. Graduada em Ciências Humanas e mestranda em Antropologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Maycon Flores do Nascimento: indígena do povo Tikuna. Graduando em Direito pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Pesquisador do Instituto de Direito Global (IDGlobal) e integrante do Programa Língua Indígena Viva no Direito (LIVD). Participa da tradução de documentos jurídicos, como a Constituição Federal de 1988, a Convenção nº 169 da OIT e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Possui interesse em direitos indígenas, línguas indígenas e fortalecimento dos povos originários, com ênfase na valorização dos saberes tradicionais.

Mendison Chota Agostinho: indígena do povo Tikuna. Professor da Comunidade Indígena Bom Caminho. Coordenador do ciclo de formação de educação indígena (CEFORPE) e coordenador da Câmara Municipal de Educação Indígena (CME). Licenciado em Língua Portuguesa, Língua Tikuna e Espanhol. Pós-graduado em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Mestre em Linguística e Línguas Indígenas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Oσίας Guedes Alberto: indígena do povo Tikuna. Pesquisador. Mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Desenvolve pesquisas voltadas ao estudo da língua Tikuna, especialmente em interface com o português, com foco em fonologia, morfologia e alternância de códigos (code-switching).

Renata Castelão: indígena do povo Guarani-Kaiowá. Graduada em Licenciatura Intercultural Indígena pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e possui experiência em Linguística.

Samuel Chamorro: indígena do povo Kaiowá. Graduado em Letras (Português/Literatura e Espanhol) pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), em Dourados (MS), em 2014. Atua na educação desde 2012, tendo lecionado Artes e Patrimônio Cultural, Língua Espanhola, Línguas Indígenas (Kaiowá e Guarani) e Língua Portuguesa em escolas indígenas de Dourados e Amambai (MS). Possui forte dedicação ao estudo das línguas Kaiowá e Guarani. Atualmente exerce função administrativa terceirizada na Coordenação Regional da FUNAI em Dourados.

Sival Cadete: indígena do povo Kaingang. Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN) e em Licenciatura Plena em História pelo Centro Universitário Cidade Verde. Atualmente exerce a função de professor da Língua Kaingang e Valores Kaingang na Escola Estadual de Ensino Médio Cacique Sy Gre, na Aldeia Pinhalzinho, no município de Planalto (RS).

Teodorino Manduca Carvalho-Decüracü: indígena do povo Tikuna. Professor. Membro da Organização Geral dos Professores Ticunas Bilíngues e participante do movimento indígena do Alto Solimões. Graduado em Letras pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e concludente do curso de Mestrado em Linguística e Línguas Indígenas pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Valdelice Veron: indígena do povo Guarani-Kaiowá. Mestre em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB) e doutoranda em Antropologia. Liderança reconhecida nacional e internacionalmente

pela atuação em defesa dos direitos territoriais, ambientais e culturais dos povos indígenas.

Vanessa Ferreira Gamarra: indígena do povo Kaiowá. Atua na área de Assistência Social indígena, com experiência no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Acadêmica da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), onde cursa Licenciatura em Educação do Campo, com habilitação em Ciências Humanas. Participa ativamente do movimento indígena Guarani-Kaiowá (Aty Guasu) e integra a Associação Ixiru Ete, contribuindo para o fortalecimento cultural, a organização comunitária e a defesa dos direitos dos povos indígenas.

Voninho Benites Pedro: indígena do povo Guarani-Kaiowá. Liderança indígena de Mato Grosso do Sul, vinculada ao movimento de professores Guarani-Kaiowá e à articulação política da Aty Guasu.



PARCEIROS:

IDGLOBAL
Instituto de Direito Global



MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

APOIO:

ADICUCA
Associação de Difusão Cultural de Canela
CNPJ: 51.750.564/0001-82